



Centro de Integridade Pública

Anticorrupção – Transparência – Integridade - Edição N°11/2018 – Agosto - Distribuição gratuita

Um Olhar Sobre a Despesa Pública

RECEIA-SE A HIPOTECA DAS RECEITAS DO GÁS

I. Enquadramento

Após o envio de uma missão a Londres, Reino Unido, no dia 20 de Março de 2018, para discutir com os credores das chamadas dívidas ilegais, o CIP alertou¹ para as intenções do Governo de hipotecar as receitas do gás em detrimento de responsabilizar os autores das dívidas.

A missão tinha como principais pontos de discussão, o perdão de 50% dos juros da dívida em atraso (e possíveis penalizações) e do capital (até ao momento, acumulando US\$ 636² milhões de atrasos), redução dos juros e alargamento do tempo de maturidade de reembolso das dívidas ocultas.

Volvidos cinco meses, em Agosto de 2018, de acordo com a Agência Lusa³, a resposta por parte dos credores veio nos seguintes termos:

“Os credores da dívida soberana de Moçambique propuseram esta semana ao Governo o pagamento de apenas 200 milhões de dólares até 2023 e a partir daí receber o restante em função das receitas do gás.

... a proposta que o comité dos credores entregou esta semana ao Ministro das Finanças prevê que o Governo não tenha de pagar 80% do valor previsto no acordo inicial até 2023. A proposta oferece um alívio de liquidez financeira substancial até 2023...

... Moçambique deixa de pagar quase mil milhões de dólares nos próximos cinco anos, o que corresponde a 80% do serviço da dívida até à maturidade dos títulos, em 2023.

... a proposta não contempla um perdão de dívida, mas sim um alargamento do prazo de pagamento e uma recuperação, a partir de 2023, do alívio financeiro disponibilizado nestes próximos cinco anos.

... A recuperação será feita através de um instrumento financeiro ligado às receitas fiscais no sector do gás natural liquefeito, e o volume e os prazos dos pagamentos dependerão dos montantes realmente recebidos em receitas fiscais.

... O Governo, em todas as circunstâncias, ficará sempre com pelo menos 97% das receitas, ajudando assim o desenvolvimento económico do país.

... Oferece-se um roteiro para Moçambique normalizar as relações com os mercados financeiros internacionais e obter o financiamento de que o país precisa no futuro para garantir os objectivos de desenvolvimento económico e social.

... O Comité da Dívida é composto por um grupo de credores que diz representar mais de 70% do total da dívida soberana de 727,5 milhões de dólares emitida em 2016 no seguimento da reconversão dos títulos obrigacionistas emitidos pela empresa Ematum, com garantia estatal.”

Adicionalmente, uma equipa técnica do FMI que visitou o país de 25 de Julho a 3 de Agosto de 2018 apresentou uma actualização do quadro macroeconómico para 2018-19 e proporcionou possíveis opções para a elaboração do orçamento preliminar de 2019.

1 Vide: <https://cipmoz.org/2018/03/25/governo-quer-hipotecar-as-receitas-do-gas-em-detrimento-de-responsabilizar-os-autores-por-detras-das-dividas-ocultas/>

2 <http://portaldogoverno.gov.mz/por/Imprensa/Noticias/Credores-rejeitam-proposta-de-Mocambique-sobre-reestruturacao-da-divida-publica> (acedido em 13 de Agosto as 11:15h)

3 <https://observador.pt/2018/08/03/credores-de-mocambique-propoe-receber-200-milhoes-ate-2023-e-o-resto-em-funcao-das-receitas-do-gas/> (acedido a 6 de Agosto de 2018 as 10:25h)

As principais declarações desta missão sobre a economia moçambicana foram:

- Recuperação gradual da economia moçambicana com crescimento real do PIB de 3,75% em 2017, 0,75% acima do projectado pelo FMI (comparado com 3,8% em 2016);
- Desaceleração da inflação de um pico de 26% (se comparado com igual período do ano anterior) em Novembro de 2016 para cerca de 6% (se comparado com igual período do ano anterior) em Junho de 2017;
- Eliminação, em 2017, dos subsídios ao combustível, trigo, adopção de mecanismo automático de ajuste de preços do combustível e aumento do preço de energia e dos transportes.

A missão do FMI recomenda o seguinte:

- Eliminação das isenções do IVA, excepto para os bens da cesta básica;
- Redução do tamanho da folha de salário dos funcionários públicos como percentagem do PIB, particularmente para camadas melhor remuneradas;
- Recorrer, na medida do possível, ao financiamento externo por donativos e crédito altamente concessional.

II. Análise

Até ao momento, o Governo ainda não se pronunciou sobre a proposta de reestruturação submetida pelos credores. Isto cria incerteza e o CIP chama atenção (mais adiante) para os passos que devem ser tomados de modo a esclarecer como é que as receitas do gás devem ser utilizadas ao responder a qualquer proposta feita pelos credores.

No entanto, isto confirma a interpretação do CIP de que o Governo, em vez de responsabilizar agora os infractores das dívidas ocultas que causaram o problema financeiro, prefere esperar e assim distribuir o peso de pagar essas dívidas para todo o povo moçambicano. Neste contexto, o CIP exige que a PGR complete o seu processo de investigações contra os autores das dívidas ocultas e, assim, recupere uma parte do dinheiro desviado.

Ao mesmo tempo, as recomendações da missão do FMI confirmam o que os moçambicanos já sabiam: o Governo, nos próximos exercícios fiscais, não estará em posição financeira para abandonar uma trajectória de disciplina fiscal (ou austeridade), dada a escassez generalizada de recursos. Um factor não menos importante é que às recomendações do FMI, na sua última missão ao país, antecedem

dois grandes eventos, a elaboração e submissão da proposta orçamental para o ano de 2019, um ano marcadamente eleitoral com a realização das eleições gerais e um segundo semestre de 2018 marcado pelas eleições autárquicas previstas para Outubro que poderão testar o rigor do Governo em não adoptar um programa (não) planeado para realizar despesas de campanha eleitoral.

Numa situação de recursos escassos, o Governo poderá experimentar alguns dilemas na gestão macroeconómica, isto, poderá implicar um aumento na emissão de dinheiro (= inflação e depreciação do Metical), ou um desvio de despesas dos sectores sociais para sectores não produtivos.

A missão do FMI, por sua vez, antecipa este dilema, e já está indicando ao Governo parâmetros dos quais não deveria sair de modo a manter uma certa estabilidade macroeconómica, como por exemplo a meta para o aumento salarial em 5% conforme proposto..

De um modo geral, as medidas propostas pela missão do FMI passam a ideia de que o país está próximo do almejado equilíbrio macroeconómico, num contexto em que se prevê alguma “folga” por parte dos credores das dívidas ocultas até 2023.

Mas para o país o custo é elevado: implica postergar o ajuste financeiro (no que respeita ao pagamento de dívidas atrasadas) para quando se utilizassem as receitas do gás⁵ em prol do desenvolvimento do país.

Seguindo uma política fiscal disciplinada (que incluiria uma reestruturação da dívida atrasada) vislumbram-se mais oportunidades para o país, uma vez que poderá ter mais acesso a mercados financeiros internacionais, inclusive acesso a créditos concessionais e donativos.

Para completar a análise, importa referir a **QUE CUSTO TEREMOS TAL RECUPERAÇÃO.**

Observações chave:

- As soluções económicas não devem implicar o fim da responsabilização dos autores das dívidas ilegais. Até porque vai-se hipotecar o bem-estar de pouco mais de 28 milhões de moçambicanos.
- Não há garantia de que a maior parte das receitas do gás (97%, como enfatizam os credores) irão beneficiar os moçambicanos, uma vez que a gestão das contas públicas tem sido pouco transparente.

Portanto, do ponto de vista político e económico-financeiro, a economia apresenta sinais de estabilização. Mas isto só se vai converter em recuperação se o Governo seguir uma política prudencial que se afaste de despesas não produtivas. Ao concentrar-se em gastos nos sectores sociais, a

⁴ Até 30 de Setembro o Governo deve submeter à AR a proposta Orçamental.

⁵ Em 2023, altura em que se prevê o início da exploração do gás e fim do alívio financeiro por parte dos credores

vida dos moçambicanos poderá melhorar de forma sustentável. Caso contrário, as camadas mais pobres da população terão de se preparar para fazer frente ao período pós-eleitoral que, geralmente, tem sido de austeridade.

Para já, o CIP insta o Governo a melhorar a sua comunicação. Num contexto em que mesmo depois de receber a proposta dos credores, o povo moçambicano ainda não conhece a reacção do poder Executivo nem do Legislativo.

O Artigo 37 da Lei de Petróleos (Lei 21/2014 18 de Agosto--Capitalização das receitas) defende

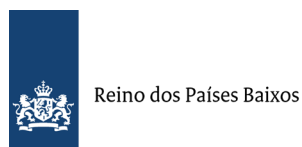
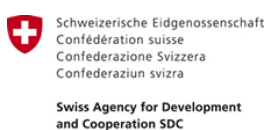
que: "Cabe à Assembleia da República definir um mecanismo de gestão sustentável e transparente das receitas provenientes da exploração dos recursos petrolíferos do país, tendo em conta a satisfação das necessidades presentes e as das gerações vindouras.". O CIP insta o poder Legislativo a pronunciar-se sobre este processo de reestruturação da dívida que envolve recursos do sector de petróleo.

O CIP chama atenção para que antes da aprovação de qualquer proposta de reestruturação, a AR deve estabelecer os critérios de uso das receitas do gás para salvaguardar a transparência e prestação de contas.



CENTRO DE INTEGRIDADE PÚBLICA Anticorrupção - Transparência - Integridade

Parceiros:



Norwegian Embassy



Informação editorial

Director: Edson Cortez
Autora: Celeste Banze

Equipa técnica: Baltazar Fael, Borges Nhamire, Celeste Banze, Edson Cortez, Egídio Rego, Fátima Mimbire, Inocência Mappede, Jorge Matine, Stélio Bila.

Propriedade: Centro de Integridade Pública
Maquetização: Liliana Mangove

Rua Fernão Melo e Castro,
Bairro da Sommerschild, nº 124
Tel: (+258) 21 499916 | Fax: (+258) 21 499917
Cel: (+258) 82 3016391
Facebook: @CIP.Mozambique | Twitter: @CIPMoz
www.cipmoz.org | Maputo - Moçambique